**ESTRUTURA E DINÂMICA SOCIAL**

**“Da Divisão do Trabalho Social”**

**1.** Relação entre ciência e moral.

Segundo Durkheim, “Não queremos tirar a moral da ciência, mas fazer a ciência da moral, o que é muito diferente. Os fatos morais são fenômenos como os outros; eles consistem em regras de ação que se reconhecem por certas características distintivas; logo, deve ser possível observá-los. Descrevê-los, classificá-los e procurar as leis que os explicam.”, ou seja, a moral, a regulação, a qual existe para que haja um processo de coesão social, através de um método científico, holístico, que compreende o indivíduo pelo viés social. Para ele, não deve-se haver julgamento sobre as leis sociais, se estão certas ou erradas, como fazem os moralistas, mas sim uma análise de seu papel na sociedade.

No entanto, partindo do ponto de que o cientista possua uma análise neutra sobre a explicação da regulação social, Durkheim esquece-se, supostamente, de que todo ser social é detido de ideologia e nada do que fará será realmente imparcial. Um assunto pode ser abordado de diversas maneiras e aquela pela qual foi optada já reflete por si só o posicionamento do estudioso e, pelo que entendo disso, Durkheim adotou tal posicionamento de estudo científico da moral pois, a ciência foi, ou ainda é, tida como neutra, o que levava o autor, em seu livro, a esquivar-se das incoerências que encontrava, pois não havia opinião embutida ali, apenas um estudo científico e qualquer coisa que ocorresse derivada só e apenas dele.

**2.** Agrupamentos profissionais.

Para Durkheim, “a atividade de uma profissão só pode ser regulamentada eficazmente por um grupo próximo o bastante dessa mesma profissão para conhecer bem seu funcionamento, para sentir todas as suas necessidades e poder seguir todas as variações destas. O único grupo que corresponde a essas condições é o que seria formado por todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo. É o que se chama de corporação ou grupo profissional”, isto é, as corporações têm o papel de regular a sociedade, de acordo com os interesses em conflito e evitar que haja guerras, estabelecendo solidariedade entre os diferentes, uma vez que, pensando na sociedade na qual Durkheim vivia, havia uma grande divisão – que dá nome ao livro – e essa estabelece uma variedade de diferenças entre os indivíduos. Assim, é preciso que haja uma instituição social capaz de colaborar para a harmonização da sociedade, dizendo aos indivíduos que é certo que ela seja assim e, também, combatendo os egoísmos de partes divergentes, o que, para ele, seria impossível por parte do Estado, levando a responsabilidade às corporações.

Mas, se para Durkheim, os grupos profissionais impedem que o mais forte possa exprimir poder sobre os mais fracos, isso significa que a sociedade está isenta de opressão e subalternidade? Essa é uma das conclusões falsas às quais chegam os estudos durkheimnianos. A partir do momento em que indivíduos de ideias semelhantes se agrupam e, portanto, há diversos grupos com ideias divergentes, com morais diferentes, o que seria feito para que houvesse conciliação desses grupos? Teria de se formar um grupo ainda maior, com suas morais, composto pelos membros intelectualmente similares entre si, não pela coletividade como é dito pelo autor, e, desse modo, continuará havendo divergências, pois esse grupo sempre servirá à parcela social que está no poder e aos seus interesses, contribuindo firmemente para a manutenção de seus privilégios.

Além disso, a sociedade referida por Durkheim é a nacional, sua pátria. Porém, no momento em que os interesses de uma pátria são “maiores” que de outras, há conflitos, logo, o capitalismo não é pacífico, como havia dito inicialmente.

**3.** Anomia jurídica e moral.

Logo no começo da obra, Durkheim explica o estado de anomia jurídica e moral: “Insistimos várias vezes, ao longo deste livro, sobre o estado de anomia jurídica e moral em que se encontra atualmente a vida econômica. De fato, nessa ordem de funções, a moral profissional só existe em estado rudimentar. Há uma moral profissional do advogado e do magistrado, do soldado e do professor, do médico e do padre etc. Mas se procurássemos estabelecer numa linguagem um pouco definida as ideias em curso sobre o que devem ser as relações entre o empregador e o empregado, entre o operário e o empresário, entre os industriais que concorrem um com o outro ou com o público, que fórmulas indecisas obteríamos! [...] Ademais, a maioria dessas prescrições são desprovidas de qualquer caráter jurídico; elas são sancionadas tão-somente pela opinião, não pela lei, e sabemos quanto a opinião se mostra indulgente para com a maneira como essas vagas obrigações são cumpridas.”, ou seja, para o autor, a vida econômica sem intervenções morais em sua época era responsável pelos conflitos existentes nesse âmbito, isto é, as anomias, pois os desejos do homem não são controlados sem leis morais e, assim, apenas os mais fortes conseguem realizar seus interesses, dando brecha ao egoísmo.

Porém, como já dito, as leis morais servem os interesses dos mais fortes existindo ou não, ou seja, desejos de certos grupos são respondidos de modo distintos e as leis “justas” não se aplicam igualmente a eles, o que, certamente, causará anomias, o que reside no fato de que a inexistência de uma anomia moral e jurídica não impedirá as lutas sociais, tão patologicamente vistas por Durkheim. Além disso, baseado no que foi dito, a inexistência de uma moral que rija o relacionamento entre os indivíduos e faz com que ele seja impune é necessariamente ruim? A punição pode servir a princípios higienistas, como por exemplo o extermínio da população negra pelo encarceramento, e não por fim na regeneração dos indivíduos que “fazem da sociedade algo doente”.

**4.** Papel do Estado.

Para Durkheim, “uma sociedade composta de uma poeira infinita de indivíduos desorganizados, que um Estado hipertrofiado se esforça por encerrar e reter, constitui uma verdadeira monstruosidade sociológica. Porque a atividade coletiva é sempre demasiado complexa para poder se expressar unicamente pelo órgão do Estado; além disso, o Estado está demasiado distante dos indivíduos, mantém com eles relações demasiado externas e demasiado intermitentes para que lhe seja possível penetrar fundo nas consciências sociais e socializá-las interiormente.” Isto é, o Estado não serve como um ótimo regulador social, a integração tentada por ele não é eficiente e gera inevitáveis conflitos, mesmo que sirva como um limitante aos interesses egoístas; o Estado é necessário, não suficiente, para a coesão social estudada por Durkheim, pois não está em contato com os cidadãos para que possa estabelecer uma relação mais íntima e modelar suas ideias, sendo necessário um intermediador – as corporações de ofício.

Tal idéia é extremamente ligada a ideais nazifascistas e populistas, governos que, por si só, historicamente, já se dizem conflitantes socialmente, como, por exemplo, o governo de Vargas no Brasil, o que verifica a falta de efetividade dos mecanismos de coesão social propostos por Durkheim. No entanto, é notório que o Estado não age sozinho para que haja manutenção do status quo: utiliza diversos mecanismos para apaziguar as relações com os oprimidos, as quais servem aos seus propósitos, embora por tempo limitado, mas normalmente os mecanismos utilizados pelo Estado são vistos atualmente como inerentes a ele e não entidades separadas tal qual dizia Durkheim.

**5.** Direito de herança.

“Ora, como diremos adiante, “enquanto houver ricos e pobres de nascimento, não poderá haver contrato justo”, nem uma justa repartição das condições sociais.”Assim, Durkheim constata sua opinião sobre o direito à herança. Segundo ele, os indivíduos devem partir de pontos iguais na sociedade, economicamente, para que, assim, a meritocracia possa se tornar algo real e os cidadãos tenham as mesmas chances perante o acesso e manejo dos ambientes sociais. No entanto, tal abordagem faz-nos refletir se a abolição do direito à herança necessariamente resulta em igualdade econômica e devo assumir que não. Igualdade pode ser vista como a semelhança quanto aos benefícios que o dinheiro traz e eles benefícios não são trazidos apenas aos detentores em si de dinheiro mas também ao grupo que o rodeia, mais precisamente sua família. Então, mesmo que o provedor capitalista da família morra e não possa deixar seus bens aos filhos, o acesso à educação de qualidade, a rede de contatos, o status social que o dinheiro de seu pai trouxe a esses indivíduos continuam fazendo com o que o ponto de partida seja muito a frente daqueles que não os tiveram.

Além disso, ao promover, mesmo que a poucos pobres, a oportunidade de ascensão social por freqüentarem as mesmas escolas que os ricos, a abolição da herança beneficia, ironicamente o capitalismo, pois melhora sua imagem perante os seres que são prejudicados por eles, mesmo que ao retornarem às suas casas, as famílias pobres sejam possivelmente mal estruturadas, o que obriga essas crianças a ajudarem no sustento de casa, ao invés de se dedicarem apenas aos estudos, como fazem os privilegiados.

**6.** Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

Sobre a solidariedade mecânica e orgânica, o autor tem o seguinte a ser dito: “A primeira liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário. Na segunda, ele depende da sociedade, porque depende das partes que a compõem. [...] No primeiro o que chamamos por esse nome é um conjunto mais ou menos organizado de crenças e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo: é o tipo coletivo. Ao contrário, a sociedade de que somos solidários no segundo caso é um sistema de funções diferentes e especiais unidas por relações definidas”. Ou seja, a coesão social pode se dar pela solidariedade mecânica, isto é, a substituição utilitária, como ocorria na sociedade pré-capitalista, ou pela solidariedade orgânica, isto é, partes diferentes que cumprem uma função para o funcionamento (analogia às partes do corpo humano), como acontece na sociedade capitalista.

Mas como estabelecer coesão a partir desses conceitos? O autor atribui ao fato de, segundo ele, a individualidade ser suprimida pelo social no primeiro caso, um teor negativo, como se o individualismo exacerbado do segundo fosse positivo e causasse maior regulação. Porém, o comportamento humano não é previsível e o individualismo causa exatamente o contrário, como se a relação com o outro fosse boa apenas quando beneficia a si mesmo, resultando numa situação de ganhador e perdedor, como podemos ver no exemplo da exploração de África pelos países tidos como “desenvolvidos”.

**7.** Vida e obra.

Nascido em 15 de Abril de 1858, após a publicação do Manifesto Comunista,de Karl Marx e Friedrich Engels, em Épinal, zona de fronteira entre França e Alemanha numa família de rabinos judeus, David Émile Durkheim foi altamente influenciado pelas ideias nacionalistas e de Estado presentes na época, devido à guerra franco-prussiana. Em 1887, foi professor numa faculdade de letras, e depois dirigiu-se a Universidade de Bordeaux, ministrando aulas de pedagogia e ciência social, tornando-se o primeiro professor de sociologia no sistema acadêmico francês, evidenciando o fato de que a educação não era dividida em “caixinhas” e não havia especialização. Em 1893, publicou a obra Da Divisão do Trabalho Social; em 1895, As Regras do Método Sociológico, na qual abordou a questão do fato social como algo que se impõe de fora para dento sobre nós; em 1896, assume a cátedra de Sociologia da universidade na qual ministrava aulas e iniciou seu objetivo de constituir a sociologia como ciência, como por exemplo, na explicação científica do suicídio, estudos mais aprofundados em seu livro de 1897, “O Suicídio”, no qual diz que a própria sociedade cria os meios para que o indivíduo rompa com ela. Assim, é importante notar que, diferentemente de Marx, Durkheim não foi um agente de participação política, salvo em algumas exceções episódicas durante sua vida, sendo um sujeito conservador com preocupações sociais, não um revolucionário.

Os principais temas abordados por Durkheim, influenciados pela sua trajetória de vida, são o Capitalismo, a insatisfação social e o nacionalismo. O primeiro relaciona-se ao fato de Durkheim ter crescido num ambiente de alto desenvolvimento de ideias comunistas, revoluções, e contraposições ao Capitalismo; o segundo é semelhante ao primeiro, devido aos desdobramentos do desenvolvimento capitalista e ao crescimento da vertente socialista, um fato social que precisava ser estudado; e a terceira deve-se ao ambiente de constituição da Alemanha como um país, à formação dos Estados nacionais e à disputa entre eles, o que causou uma nova onda de colonização, o Imperialismo, que acarreta o nacionalismo de massas (surgido na Revolução Francesa) e o alistamento voluntário.

As influências de Durkheim são Montesquieu, San Simon e Auguste Comte. Os dois últimos acreditavam no caminho da religião para a ciência enquanto Durkheim destaca o papel social da religião. Montesquieu faz considerações sobre a causa da decadência dos romanos, dizendo que a derrota não é causa da batalha em si, mas de condições gerais que fizeram com que aquela batalha fosse decisiva, ou seja, não há o acaso se a tua natureza é perecer. San Simon tinha a visão da sociedade que atualmente é considerada precursora do Socialismo, mas seu Socialismo era utópico pois tentava convencer a elite da época dos benefícios de elevar as condições de vida do proletariado. Já Comte, era positivista, que considerava a ordem como elemento fundamental, sendo conservador, e acreditava que a humanidade passa por 3 estágios de conhecimento, o fetichismo, a teologia e a ciência positiva, sendo a ciência positiva comente alcançada quando o fetichismo e a teologia tiverem sido totalmente substituídos pela Sociologia.

**8.** Relação entre o Marxismo e as ideias de Durkheim.

Diferentemente de Marx, Durkheim não era um revolucionário, mas sim um conservador. Para ele, o indivíduo só se realiza como parte da sociedade, diferente de Marx, que é herdeiro do pensamento iluminista, com foco no homem. Para Durkheim, a Sociologia é o antídoto ao falso remédio do Socialismo, o qual era apenas um grito de desespero, e não uma ciência que explicava a sociedade a partir da classe trabalhadora, como acreditavam Marx e Engels. A questão fundamental para Durkheim não era a revolução social e a mudança da ordem, mas sim como a sociedade se mantém coesa e seu progresso, assim como dizia Auguste Conte.

Para Durkheim, a luta de classes, importantíssima no estudo marxista, é apenas algo que desvia a sociedade de seu curso natural. Ele coisifica a sociedade, como se fosse algo harmônico, como se as classes sociais cumprissem funções que cooperam entre si, em busca de um bem maior, sem lutarem entre si, pois lutar é uma patologia, ou seja, enquanto Marx aborda a entidade dialética entre pólos antagônicos, Durkheim vê a sociedade como uma entidade orgânica, com cada qual no seu lugar.

Além disso, autores marxistas enfatizam não só os positivos mas também os negativos da divisão do trabalho, como a alienação, as lesões por trabalho reprodutivo. Já Durkheim vê apenas o lado positivo e tudo que é negativo, é colocado como patologia. Também, Marx estuda a anatomia do macaco no ser humano, isto é, o passado através do presente, enquanto Durkheim faz o contrário.

**9.** Prefácios.

No “Prefácio à Segunda Edição”, Durkheim começa esclarecendo aos leitores quanto ao papel dos agrupamentos profissionais, tratando sobre a questão da anomia jurídica e moral no estado econômico da época e como ele seria resolvido pela atuação das corporações de ofício para estabelecer a coesão social, não somente do Estado, desconstruindo o argumento de que elas são eficientes somente numa época e dando ênfase em sua trajetória histórica, transformações sofridas e papel no futuro. Além disso, trata do direito de herança e como sua abolição resultará em igualdade social.

Já no “Prefácio à Primeira Edição”, Durkheim descreve o seu cumprimento no papel de descrição dos fatos sociais e da moral a partir da investigação científica, como sujeito que apenas analisa os modos com que tais fatores atuam na sociedade, sem julgar o que é certo ou errado, buscando somente o respeito e melhoramento da realidade moral.

**10.** Introdução.

Na introdução, o autor descreve o desenvolvimento da divisão do trabalho social na era capitalista, atentando-se ao fato de que é algo inerente à sociedade, exercendo influência sobre outros campos, como política e administração. Além disso, diz que esse desenvolvimento não se dá sem afetar a conduta moral dos indivíduos, apresentando argumentos contraditórios em relação ao papel da divisão do trabalho para, assim, trazer sua própria resolução: deve-se estudar o fenômeno como algo com fim em si, com uma metodologia científica que apenas colabore para seu entendimento. Assim, explica como isso será feito, expondo a estrutura do livro em 3 partes principais.

**11.** Livro I.

No livro I, Durkheim busca esclarecer qual é a função da divisão do trabalho, a qual, segundo ele, é a fonte principal da coesão social, argumento que procura ser sustentado a partir da comparação entre a forma de solidariedade que deriva dessa divisão e as outras formas de solidariedade, estudando-as a partir do seu conjunto de regras. A partir daí, o autor busca explicar duas delas, a mecânica e a orgânica, comparando-as de acordo com os modos de restituição que impõem: a primeira é ilustrada segundo o entendimento dos crimes, que danificam a consciência coletiva da sociedade, a qual emana reações também coletivas, através do direito penal, para que os sentimentos danificados permaneçam existindo; já a segunda é descrita tal qual as relações de cooperação que derivam da divisão do trabalho (estabelecendo analogia entre elas e o sistema nervoso humano) e o seu desenvolvimento progressivo no regime da época, conforme as similitudes sociais se enfraquecem mas não desaparecem totalmente. Por fim, o autor expõe as diferenças entre a solidariedade orgânica e a industrial de Spencer, sendo a última meramente contratual livre de controle moral, chegando finalmente à conclusão de que a vida moral e social deriva das duas solidariedades positivas citadas inicialmente por ele.

**12.** Livro II e III.

No livro II, Durkheim busca esclarecer quais as causas e condições pelas quais a divisão do trabalho social se estabeleceu. Primeiramente, julga se a causa é dada pelo aumento da felicidade do homem,, chegando à conclusão de que não é esse o resultado visado, uma vez que o estado de saúde não aumenta junto com o desenvolvimento humano, como é visto nos aumentos dos suicídios. Depois, expõe quais são as causas, de fato, da divisão e também da regressão da consciência comum, tratando dos obstáculos à divisão do trabalho impostos por fatores como a hereditariedade. Além disso, discorre sobre a maior flexibilidade disponível devido à fragmentação, que resulta na individualidade do sujeito, o qual pode ser estudado através da sociedade, pois sua transformação depende da última.

Já no livro III, o autor se atenta às formas de divisão do trabalho que não resultam em solidariedade: a divisão anômica, devida às crises industriais freqüentes causadas por ela, pela falta de regulação a qual estão impostas, o que resulta na necessidade dos agrupamentos profissionais, já que o Estado não é suficientemente próximo da sociedade; a forçada, que ocasiona as lutas de classes, pois a atividade do trabalhador é dada por coerção, a desigualdade entre grupos, que deve ser diminuída pela solidariedade orgânica e tornar os sujeitos iguais; e aquela em que a função do trabalhador é insuficiente pois a atividade funcional não cresce proporcionalmente à divisão do trabalho.

Assim, o autor chega à conclusão sobre como o problema exposto inicialmente será resolvido, pelo seu caráter moral e aumento da individualidade das pessoas, o que resulta em maior fraternidade entre os indivíduos, desde que haja um direito e uma moral mais humana e justa.